

Resumo

Muitos estudiosos massificam que a Polícia Militar foi formada para combater somente os escravos, mas este trabalho traz outras questões que ocasionaram e contribuíram para a formação da polícia em questão. O crescimento populacional, dos estrangeiros, das lojas, com isso cresce a economia no Estado, as várias revoltas que aconteciam dentro e fora do Rio de Janeiro pela insatisfação da população e por fim a crise política.

Para resolver tais problemas o Governo criaram vários tipos de polícia como será explicado, mas muitas delas por não serem militarizadas entram em crise e são extintas. O governo para ter o controle sobre a tropa policial toma uma medida importante militariza a polícia e surge a Polícia Militar que perdura até hoje.

O debate sobre a desmilitarização e a extinção da Polícia Militar está aflorado hoje em todos os lugares inclusive pela ONU, mas será que isso resolverá o problema da criminalidade, corrupção, violência e truculência que são cometidos por uma pequena parcela dos policiais.

No presente trabalho foi abordado a questão do rígido regulamento que os policiais são obrigados a cumprirem, pois estão debaixo de um RDPM (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar) arcaico, por esse motivo os policiais são os que mais querem que seja abolido a militarização e extinta o RDPM.

Palavras chaves: A chegada da família Real. A criação da Polícia Militar. A Rigidez do RDPM (Regimento de Disciplina da Polícia Militar).

Introdução

O presente trabalho vem abordar um tema muito discutido pela mídia, pelos estudiosos e até mesmo debatido em faculdades, escolas e pela população. Todos estão de uma forma direta ou indiretamente ligada na questão da segurança pública. Por esse motivo trago no capítulo primeiro a origem da polícia “Os Quadrilheiros”, no segundo capítulo é ressaltada questões importantes dos motivos que levaram o Governo a fundar e legitimar uma Instituição para coibir a criminalidade e dar maior segurança ao Estado desde quando o Brasil deixou de ser Colônia para se tornar Brasil Império.

A primeira questão a ser abordada foi à vinda da Família Real para o Brasil, com esse advento houve mudanças notáveis para o Rio de Janeiro, a população aumentou consignavelmente, as lojas estrangeiras cresceram, os estrangeiros migraram para o Rio de Janeiro em busca de oportunidade, portos foram abertos e com isso a mão de obra foi necessária à importação de mão escrava.¹

Com essas mudanças o Governo passa a ter a necessidade de uma Força policial e a Polícia Militar é vista como o único meio de prover tais necessidades. Criaram-se então vários tipos de polícias e é no capítulo III que abordaremos a Criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, no capítulo IV a Criação das

¹ ALECASTRO, Luiz Felipe de, História da vida privada no Brasil. Vol. 2. Ed. Companhia das Letras, 1997 São Paulo Páginas 12 -14.

Guarda Nacional do Rio de Janeiro e para finalizar no capítulo V é discorrida sobre a atual Polícia Militar, a questão da militarização, o rígido regulamento nos quais os policiais tem que cumprir transgressões e punições e é vedado o direito de não fazer greve promulgado na Constituição Federal de 1988.

Desenvolvimento

I - A origem da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Na época colonial do Brasil não existia uma polícia legitimada, o Brasil apesar de possuir uma extensão territorial muito grande, a Coroa portuguesa não via no Brasil uma região de grande potencial e em constituir uma Força Policial, isso se deu pelo fato do encontro dos portugueses com os nativos que existiam nessa época eles foram considerados de início povos sem culturas, bárbaros e preguiçosos. Coube então a Coroa explorar o Brasil começando pelo pau-brasil.

Foram implantados como preservador da ordem os chamados “Os Quadrilheiros” essa instituição policial já existia em Portugal foi fundada por D. Fernando, em 12 de setembro de 1383, essa criação foi inspirada pela Bíblia que no Livro dos Atos dos Apóstolos em seu capítulo dezesseis, versículo trinta e cinco que diz: “E sendo já dia, os magistrados mandaram os quadrilheiros, dizendo: soltai aqueles homens.” Já no Brasil esse tipo de policiamento foi criado pelo Ouvidor Geral Luiz Nogueira de Brito no dia 24 de outubro de 1626.²

A missão dos Quadrilheiros se iniciava ao anoitecer, as 18:00 horas eles deveriam se dirigir a residência do Juiz à fim de receberem as ordens de prisão estava incluso também reprimir os considerados vadios, bêbados, capoeiristas e prostitutas, tudo isto pautada no Livro I do Título 54 das Ordenanças Manuelinas.

II - A chegada da Corte Imperial no Brasil

No ano de 1807, Portugal encontrava-se em uma difícil situação, escolher em que lado iria ficar devido às guerras napoleônicas que estava acontecendo na

² Apostila II da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (CFAP) Curso de Sargento do ano de 2006. Pag. 38.

Europa. Em Julho desse mesmo ano Napoleão resolveu dar um basta na neutralidade política implantada por Portugal, se caso Portugal não declarasse guerra à Inglaterra todos os portos seriam fechados, todos os ingleses residente em Portugal seriam presos e seus bens confiscados o recado foi curto e grosso.

Na madrugada do dia 25 de novembro de 1807, D. João toma a decisão de que a Família Real deveria em dois dias embarcar para o Brasil. Depois de 54 dias viajando, a esquadra chega ao Brasil no dia 22 de janeiro em Salvador e posteriormente ao Rio de Janeiro. Essa chegada da Corte Imperial trouxe para o Rio de Janeiro mudanças significativa, todo aparelho administrativo e burocrático, seu tesouro, suas repartições, secretárias, tribunais, seus arquivos e funcionários vieram para o Brasil, houve então uma mudança de mentalidade. O aumento populacional cresceu no Rio de Janeiro oficialmente chegaram cerca de 15 mil pessoas, fora os que não foram oficialmente declarados.³ Muitos moradores do Rio de Janeiro foram obrigados a deixarem suas residências para abrigarem a linhagem imperial, colocando nas residências a sigla PR (príncipe regente) que foi tempo depois como tom de brincadeira dos cariocas com significado “ponha-se para fora”. Enciclopédia Ilustrada do Brasil, Editora Bloch SA - vol. IX pag. 2588.

Houve também o crescimento de empresários estrangeiros, com isso as de lojas também aumentaram, no período de 20 anos a população da cidade quase que dobrou seu número e isso interferiu na vida privada da pessoa. Migraram para o Rio de Janeiro pessoas de Angola e Moçambique e as da Espanha devido às revoluções. Em 1799 á 1821 a população urbana, excluídas portanto as freguesias rurais do município, subiu de 43 mil para 79 mil habitantes, os de pessoas consideradas livres mais que dobrou de 20 mil para 46 mil habitantes. No segundo reinado a economia cresceu consideravelmente, o café foi o produto que contribuiu significativamente para esse crescimento, com isso foi necessário mão de obra para o trabalho nas lavouras e o setor escravista toma uma proporção grandiosa.

III - A Criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia

³ SCHWARCZ, Lilia Moritz, Hora de sair de casa: A difícil neutralidade e a fuga para o Brasil. A longa Viagem da biblioteca dos reis - Ed, Companhia das Letras. São Paulo. 2002 pag, 208- 209 - 223

Podemos notar que depois que a Família Real chega ao Brasil, às mudanças em vários setores também vem com ela, por essas notáveis mudanças há agora um pensamento em criar uma força policial. O fato é que a criação de uma Instituição policial não se deu apenas para controlar ou coibir os escravos, mas foram vários os motivos para a criação de uma polícia legitimada.

As tensões se afluíram na população pelo motivo de ter que deixarem suas residências a mando do Príncipe Regente, o séquito do tesouro da Família Real estava em jogo, não houve outro meio se não a de criar uma Instituição policial e no dia 13 de maio de 1809 devido aos fatos ocorridos D. João atende a proposta do desembargador Paulo Fernandes Viana e decreta nesse dia sábado aniversário do Príncipe Regente a criação da Divisão Militar da Guarda Real formada por 218 homens a maioria vinda dos chamados Quadrilheiros.⁴

No ano de 1831, a cidade sofria com uma grave crise política D. Pedro I via seu governo desmoronar por causa da escolha de seu Ministério a maioria eram formados por portugueses, opositores brasileiros se sentindo prejudicados não concordavam e entravam em desavença, nas ruas cariocas fervilhavam até a Guarda Real de Polícia possuíam focos de insubordinação, além do mais D. Pedro sente o desejo de voltar para Portugal e reconquistar o trono que estava no poder do seu irmão D. Miguel. D. Pedro se sentindo acuado resolve abdicar-se do trono estabelecendo a figura da Regência, o então Ministro da Justiça Padre Feijó transforma a Guarda Real de Polícia em Corpo de Guarda Municipais Permanentes, marcando sua administração entre o Policial e o Militar.

IV - A Criação das Guarda Nacional do Rio de Janeiro

No período das Regências o crescimento da “anarquia” é notável, o parlamento e a imprensa deixa transparecer o choque violento entre os proprietários e despossuídos. Há a necessidade de controle dos escravos estes sem direito e isento da política segundo a Constituição vigente (Art. 92).

⁴ Apostila II da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (CFAP) Curso de Sargento do ano de 2006. Pag.38

Os motins militares, os movimentos de rua e a nomeação de Feijó como Ministro da Justiça engrossa o caldo para o crescimento da anarquia. A crise de julho antecipa a criação das Guardas Nacionais. Outros movimentos aconteciam fora do Rio de Janeiro como a Cabanagem que eclodiu no Grão-Pará nos anos de 1835 e 1840 teve grande participação populares como negros, mestiços e indígenas que atacaram Belém, conquistaram a cidade.

A Balaiada se iniciou no Maranhão e Piauí nos anos de 1838 e 1841, teve participação multiclassistas como os fazendeiros de gado liberais, camadas populares e escravos.

A Farroupilha mobilizou a província do Rio Grande de São Pedro e se estendendo a Santa Catarina, entre 1835 e 1845. É uma questão alfandegária em imposto, esse é definido pelo Governo Central então eles vão atacá-los, são brigas da elite branca com o governo, há um sentimento geral de prejuízo em contestação com o Rio de Janeiro. O grupo formado pela elite militar dos estancieiros e participação dos setores médios das principais cidades.

A Sabinada foi uma questão de custo de vida, onde a população pobre passa fome é o mundo do trabalho se revoltando. A sabinada se iniciou nos fins dos anos de 1937 e inícios de 1838 em Salvador. Os grupos participantes foram às tensões entre senhores e escravos; proprietários e despossuídos; brancos, negros e mestiços; africanos, portugueses e brasileiros.⁵

A origem da Instituição esta coligada com os muitos distúrbios políticos, culturais e sociais obtido no Segundo Reinado. A partir do ano de 1840 essa Instituição começa a entrar em crise, por causa de sua fraca estrutura e organização a Guarda Nacional não atendia mais as necessidades de imediato quando necessário e a falta de uma disciplina militarizada contribuiu para o total colapso.

V - A Polícia de Hoje

Como podemos notar as questões políticas, sociais, econômicas e culturais tiveram um impacto profundo para a criação e o desenvolvimento da Polícia Militar

⁵ VAINFAS, Ronaldo - Dicionário do Brasil Imperial, 1822 - 1889 Ed. Objetiva, Rio de Janeiro , 2002 pag. "Farroupilha" 264 - 267, "Sabinada" 666 - 668.

do Estado do Rio de Janeiro, desde 1809 foram criadas algumas denominações da Polícia Militar do Estado da Guanabara:

- 1809 – Divisão Militar da Guarda Real de Polícia
- 1831 – Corpo de Guarda Municipais Permanente
- 1842 – Corpo Municipal Permanente da Corte
- 1858 – Corpo Policial da Corte
- 1866 – Corpo Militar de Polícia da Corte
- 1889 – Corpo Militar de Polícia do Município Neutro
- 1890 – Regimento Policial da Capital Federal
- 1905 – Força Policial do Distrito Federal
- 1911 - Brigada Policial do Distrito Federal
- 1920 – Polícia Militar do Distrito Federal
- 1960 – Polícia Militar do Estado da Guanabara
- 1975 – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

A denominações do Estado do Rio de Janeiro:

- 1835 – Guarda Policial da Província
- 1844 – Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro
- 1865 – Corpo Policial Provisório da Província do Rio de Janeiro
- 1889 – Força Militar do Estado do Rio de Janeiro
- 1920 – Polícia Militar do Rio de Janeiro
- 1975 – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.⁶

Muitos foram às denominações formadas para chegar a atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e as causas que levaram a falência das outras denominações. A primeira questão foi à falta de disciplina que existia na tropa, o Estado contratava pessoas para a formação do efetivo, mas não conseguia ter um controle sobre a tropa e quando ocorria algum tipo de manifestações e revoltas esta passava a ficar a favor da população, provavelmente o Estado não conseguia suprir as necessidades básicas daqueles que faziam parte do efetivo.

Houve então a necessidade de providências da parte do poder Público, o Estado tinha que controlar a polícia e a solução tomada foi à militarização da Polícia,

⁶ Apostila II da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (CFAP) Curso de Sargento do ano de 2006. Pag 41

por esse motivo a instituição da Polícia Militar dura até hoje. Outra questão fundamental era a forma de selecionar as pessoas que iriam fazer parte do efetivo da polícia a qualificação dos candidatos era precária, não pedia um grau de instrução conveniente, a polícia não tinha uma estrutura adequada.

Hoje o que esta em pauta constante na mídia e em certos estudiosos de segurança pública é a desmilitarização ou a extinção da polícia, não só a Polícia Militar do Rio de Janeiro mais em todo Brasil, até a ONU Organização das Nações Unidas recomenda tal fato como foi publicado no jornal Folha de São Paulo conforme se observa:

“O conselho de Direitos Humanos da ONU pediu nesta quarta – feira ao Brasil maiores esforços para combater a atividade dos “esquadrões da morte” e que trabalhe para suprimir a Polícia Militar, acusada de assassinatos.” (Países da ONU recomendam o fim da Polícia Militar no Brasil, 2012, p.12).

Antes mesmo da mídia ou de alguns estudiosos ou até mesmos manifestações populares de pedir a desmilitarização da Polícia Militar os próprios servidores públicos que fazem parte dos 45 mil PMs do Rio de Janeiro a maioria deles concordam e querem a desmilitarização.

O motivo para a grande maioria que isso aconteça é simples, os policiais vivem sobre uma disciplina militar muito rígida e o seu direito é de não ter direito. Conforme está escrito na Constituição Federal de 1988:

A Constituição Federal de 1988 dá ao trabalhador o direito de fazer greve como está escrito no Art. 9º: É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. A garantia foi consagrada em 1989 com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei 7.783, que ficou conhecida como a Lei da Greve.

A mesma Constituição que dá o direito dos trabalhadores de fazerem greve, ela mesma tira esse direito aos policiais conforme está expressamente disposto na Carta da República. A Constituição, Art. 39, cuida dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. E, no Art. 42, dos servidores militares estaduais.

Aos militares dos Estados, no ponto que interessa, aplicam-se-lhes disposições do art. 142, § 3º, da Lei Maior, por força do disposto no §1º do art. 42. “Estabelece-se que ao MILITAR são proibidas a sindicalização e a greve”. (Art. 142,

§3º, IV). É notório que os policiais devem se contentar e não contestar suas reivindicações como cidadão brasileiro e se for realizado alguma manifestação ou greve, todos respondem por motim.

Os policiais militares ao cometerem transgressões disciplinares que são infrações administrativas, recebem sanções previstas no RDPM (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar). Essas transgressões são classificadas em leve, média e grave ao se julgar uma transgressão da disciplina deve-se levar em consideração os antecedentes do transgressor, as causas determinantes das transgressões, a natureza dos fatos ou dos atos da transgressão e as suas consequências.

Ao cometerem uma transgressão o policial de acordo com o que prevê o RDPM podem receber punições disciplinares como advertência, repreensão, detenção, prisão e licenciamento e exclusão a bem da disciplina. Como podemos notar o policial encontra-se debaixo de um regulamento interno rigoroso e sua punição vai de uma mais branda até a sua expulsão.

O policial convive debaixo de um julgo pesado, se ele chegar atrasado no serviço, faltar o serviço, faltar reuniões, não fazer a barba, não cortar o cabelo, não engraxar o coturno é punido por cometer essas transgressões, que pode compreender de 01 a 30 dias de punição.

Conclusão

O percurso da história da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro transcorre desde a época em que o Brasil era colônia de Portugal, de início eram chamados os “Quadrilheiros” esses eram formados por cerca de 20 homens escolhido por um juiz. Esses homens tinham a obrigação dar a segurança devida para a comunidade e efetuavam as prisões impostas pelo juiz.

Com os adventos das guerras Napoleônicas que ocorriam na Europa a Família Real tomou a decisão de deixar sua terra natal e ganhar a imensidão do mar para tornar o Brasil em Império. Com a chegada da Corte Imperial chegaram com eles muitas mudanças para o Rio de Janeiro, mudanças essas que afetaram a vida da população local. O crescimento populacional foi uma das primeiras e principal mudança, além de ter chegado ao primeiro momento cerca de 15 mil pessoas vindas

de Portugal, posteriormente os estrangeiros comerciantes contribuiu para engrossar o caldo e com eles o número de lojas comerciais também aumentaram.

Com esse aumento de comerciantes estrangeiros e lojas, foi necessário a aberturas de portos, pois a produção agrícola deixou de ser de consumo e passou a ser de exportação gerando fruto para o crescimento econômico do Brasil, foi necessário o uso da importação de mão de obra e foi usada uma grande quantidade de escravos vindo da África.

O Brasil politicamente sofreu uma grande crise na época das Regências com as inúmeras revoltas no Rio de Janeiro e em outros Estados do Brasil e foi necessária a criação de vários tipos de Instituições para prover a segurança, mas todas foram de pouca duração, os motivos para tal foram o Governo não tinha um controle sobre a tropa e essa se voltava contra o regime, foi necessária então a militarização.

Como podemos notar várias questões contribuíram para que fosse legitimado e formado uma força policial no Brasil a questão não foram somente os escravos, mas englobou questões políticas, sociais, econômicas e culturais.

A questão da desmilitarização é debatida nos diversos setores, porém dentro da instituição os chamados “Praças” são os que mais querem que isso aconteça, os motivos são diversos vivem de baixo de um regulamento arcaico na qual com suas regras e sanções punem com rigor qualquer falta, as das mais leves até as mais graves. Porém os chamados “Oficiais” não querem que isto aconteça, pois perderá o pleno poder e controle sobre a tropa ficando os oficiais vulneráveis para lidar com os seus subordinados e uma crise generalizada poderia afetar a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. O controle sobre a tropa o Governo e os oficiais com certeza tem sobre os seus subordinados, porém a pergunta que eu faço é a seguinte será que os subordinados estão satisfeito com o rigor que são imposto dos chamados RDPM e RISG?.

Referências

Livros:

ALECASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada do Brasil*. Vol. 2 São Paulo, Companhia das Letras, 1997 pag. 12-59.

MARCIO, Simeone Henriques – *Coleção Comunicação e Mobilização Social*, 8 – Autentica Editora, Belo Horizonte, 2010.

RODRIGUES Antonio Edimilson Martins - Francisco José Calazans Falcon – Margarida de Souza Neves – *A Guarda Nacional do Rio de Janeiro, 1831 – 1918*, PUC Rio de Janeiro, 1981.

SALEM, Marcos Daniel – *História da Polícia no Rio de Janeiro – 1808 a 1930 – Uma Instituição a Serviço das Classes Dominantes*, Editora Lamem Juris.

SCHWARCZ Lilia Moritz, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis - Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*, Companhia das Letras, São Paulo 2002, pag. 183-202.

VAIFAS, Ronaldo, *Transmigração da Corte* pag. 701-702; *Tratados de 1810* pag 702-705 Dicionário do Brasil Imperial 1822-1889. Rio de Janeiro, Objetiva 2002.

Virtuais:

Constituição Federal de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_3/constituicao.htm. Acesso em: 02 setembro de 2014.

Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.(RDPM). Disponível em: ev.pmerj.rj.gov.br/...eos/courses/012013/document/... Acesso em: 23 setembro de 2014.

Enciclopédias:

Enciclopédias Ilustradas do Brasil, Volume IX – Editora Bloch Editores S/A.